

EDUCAÇÃO INTEGRAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO COTIDIANO ESCOLAR

Karen França Azurza¹
Carla Cilene Baptista da Silva²
Andrea Perosa Saigh Jurdi³

INTRODUÇÃO

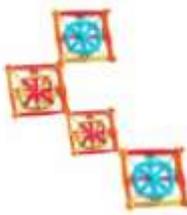
Segundo a Constituição Federal (1988) educação é um direito de todos e na perspectiva da educação integral a sua finalidade não é apenas a construção de conhecimentos científicos e historicamente acumulados, mas o desenvolvimento do educando de maneira integral (MOLL, 2012), com o objetivo de prepará-lo para o exercício da cidadania, levando em consideração a dimensão da valorização da identidade dos estudantes enquanto sujeitos (FREIRE, 1996). A LDB (9.394/96) aponta a ideia de ampliação da jornada escolar e aumento gradativo da oferta da educação integral, tal proposta só começou a avançar com o programa Mais Educação (2007), porém a ampliação da jornada escolar não significa de fato a promoção da educação integral. Em 2017 foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador para os estados e municípios na elaboração dos currículos escolares, que apresenta unidades temáticas, competências e habilidades para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes, corroborando com as ideias de educação integral para o desenvolvimento humano do sujeito, embora a BNCC seja um referencial para a construção dos currículos, não se trata do currículo escolar em si, afinal o currículo escolar é constituído por diversos elementos, como o lugar, o espaço e o território (SILVA, 2015).

A partir da hipótese de que será possível identificar os desafios e possibilidades no cotidiano escolar e quais as necessidades de formação continuada dos educadores para que possam (re)pensar as práticas docentes frente às demandas existentes no ambiente escolar em uma escola de educação integral da rede pública de Santos (SP). O objetivo da pesquisa será

¹ Mestranda da Universidade Federal de São Paulo – SP; k.azurza@gmail.com

² Orientadora. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2003), Pós-Doutorado em Educação, pela Universidade de Aveiro, Portugal (2016). Universidade Federal de São Paulo – SP; carla.silva@unifesp.br

³ Co-orientadora. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, Pós doutorado em Estudos da Criança, especialidade Educação Especial pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho (Braga/Portugal). Universidade Federal de São Paulo – SP; a.jurdi@unifesp.br



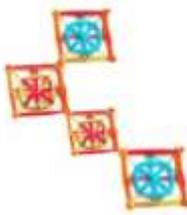
mapear as necessidades da formação continuada no cotidiano escolar e investigar as concepções de educação integral por parte dos educadores, identificar os desafios e potencialidades encontradas nas práticas pedagógicas, compreender o cotidiano escolar e elaborar um projeto de formação continuada no cotidiano escolar para os educadores de uma Unidade Municipal de Ensino (UME). A metodologia proposta é de abordagem qualitativa (MINAYO, 2014), de caráter exploratório e descritivo, com levantamentos bibliográficos, coleta de dados por meio de entrevistas e a análise das entrevistas será feita por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

METODOLOGIA

Propõe-se um método de pesquisa de abordagem qualitativa, em virtude de tratar das relações, significados e representações dos sujeitos, que compõem um nível de realidade que não pode ser quantificado, necessita ser tomado em profundidade e que considera o processo de mútua influência entre pesquisador e o pesquisado (MINAYO, 2014).

Participarão da pesquisa 13 educadores que atuam diretamente na jornada ampliada de uma escola integral em Santos na qual a pesquisa será desenvolvida, situada em uma periferia da cidade e atende aos educandos das 7h às 17h de segunda a sexta. O critério de inclusão adotado é ser educador da escola integral há mais de seis meses e como instrumento de pesquisa será utilizada a entrevista semiestruturada, em virtude da necessidade de contemplar os sentidos e significados dos sujeitos quanto as informações relativas ao objeto da pesquisa, que permite a revelação dos dados relativos aos diversos aspectos da prática docente, abordando os seguintes pontos: identidade profissional, percepções sobre educação integral, as dificuldades e possibilidades de intervenções na ação docente, as diferentes percepções e observações sobre o cotidiano escolar, para pensar em estratégias e práticas pedagógicas, com o objetivo de identificar as principais necessidades.

O presente estudo se dá em conformidade com a Resolução 466/12 (BRASIL, 2013) e os participantes, após convidados, serão cientificados em relação aos objetivos da pesquisa, procedimentos a serem realizados, garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes, previstos nos Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), O estudo será submetido à Secretaria Municipal de Educação e, caso seja aprovado, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da universidade.



A análise das entrevistas será feita por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), iniciando pela pré-análise, que consiste na organização inicial dos dados, por uma série de procedimentos que vão desde a escolha dos documentos, formulação de hipóteses e objetivos, até a elaboração de indicadores, resultando na preparação do material para a fase posterior.

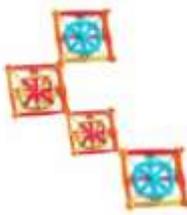
REFERENCIAL TEÓRICO

Em 1947 foi iniciado o processo de elaboração da primeira Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), embora a maioria dos países latino-americanos já tivessem constituído os seus sistemas nacionais de ensino na segunda metade do século XIX, a primeira LDB do Brasil foi aprovada apenas em 1961, trazendo um marco histórico para a fundação da escola pública no país, o que traz reflexões sobre a independência tardia do Brasil como nação e a negação do direito à educação para uma grande parcela da população brasileira – desfavorecida economicamente – por parte do Estado (MOLL, 2012).

A educação é um direito de todos e desde 1988 a Constituição Federal aponta como direito do cidadão uma educação pública e de qualidade (MOLL, 2012) e apesar de a atual LDB (Lei 9.394/96) proclamar que a educação brasileira tem como finalidade desenvolver o educando de maneira plena e prepará-lo para o exercício da cidadania, o que acontece em grande parte das escolas é a redução do papel escolar à mera transmissão de conhecimentos, que estão expressos nas disciplinas escolares (PARO, 2015).

O conjunto de práticas adotadas no processo educativo pode tanto manter o *status quo* como transformar a estrutura do social, de modo que, “a escola intervém nos rumos da sociedade, e é também continuamente influenciada pelo que ocorre fora do seu âmbito, na sociedade global” (RIOS, 2011, p. 49). Sendo assim, para compreender como a escola é estruturada, e como acontece essa relação entre sociedade-escola, é pertinente conhecer o que é e como é feita a organização do currículo escolar, para ser possível refletir sobre como o mesmo é estruturado.

As disciplinas que compõem um curso ou assuntos que serão abordados em uma disciplina são comumente entendidas e traduzidas como currículo escolar, entretanto, para os especialistas nos estudos da teoria crítica sobre currículo, considera-se o currículo como um conjunto das atividades que possuem um objetivo, uma finalidade, abrangendo todos os elementos relacionados à escola, seja material físico ou humano, é a própria escola em funcionamento, mobilizando seus recursos para que possa realizar o seu objetivo, proporcionar um ambiente educativo e experiências de aprendizagem aos educandos (SAVIANI, 2016).

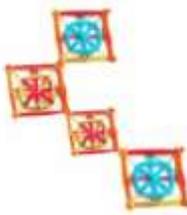


Partindo do pressuposto de que o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social (SILVA, 2015), e tendo em vista que cada escola é um organismo vivo capaz de criar um currículo próprio, para os princípios relacionados a educação integral, é fundamental que o currículo contemple os diversos saberes, o conhecimento científico, os conhecimentos historicamente acumulados e construídos, mas que também permita a ampliação de repertório cultural e aspectos práticos da educação escolar democrática, que proporcione aos educandos vivenciar a democracia e aos educadores compreender a importância dessas vivências no ambiente escolar.

O currículo é composto pelo lugar, espaço, território e através do currículo são estabelecidas relações de poder (SILVA, 2015), uma escola com o currículo escolar democrático busca romper com as práticas que efetivem e perpetuem a ideia de que a escola possui como objetivo e função principais a transmissão de informações e conhecimentos, contemplando em seu currículo dispositivos que promovam a construção de conhecimentos e a emancipação do sujeito. Porque “a capacitação de mulheres e homens em torno de saberes instrumentais jamais pode prescindir de sua formação ética” (FREIRE, 1996, p. 56).

Segundo Moll (2012), na primeira década do século XXI, muitos esforços foram empreendidos principalmente por meio do programa Mais Educação (2007) para que se construísse um projeto de educação integral, através da ampliação da jornada diária para no mínimo 7 horas, e superando a naturalização da “escola de turno” com suas 4 horas diárias. Em uma escola de educação integral é primordial levar em consideração a dimensão do desenvolvimento dos alunos enquanto sujeitos, com direito a aprender os diversos saberes. Para isso, as questões do tempo e espaço escolar são fundamentais e é necessário considerar a importância da ampliação da jornada escolar e desnaturalizar a ideia de “escola de turno”.

Além da ampliação da jornada diária de horas na escola para promover de fato uma educação integral, um dos maiores desafios é a formação continuada dos professores e educadores que atuam nas escolas de educação integral. No âmbito da educação integral, a formação continuada no cotidiano escolar é muito importante, uma vez que “a formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz nesse esforço de inovação e de procura aqui e agora dos melhores percursos para a transformação da escola” (NÓVOA, 1991, p.27 *apud* BRANCO, 2012, p. 251). É nesse movimento de mudança, através da reflexão-ação que será possível identificar quais as necessidades daquele ambiente escolar, contemplando todos os sujeitos envolvidos nesse processo, contemplando alunos e educadores



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em consideração os apontamentos dos documentos oficiais (BNCC), leis (LDB 9.394/96) e políticas públicas (Mais Educação), em uma escola integral no município de Santos, litoral de São Paulo, situada em um dos morros da cidade, na qual as crianças estudam das 7h às 17h, configuram-se muitos desafios e possibilidades no cotidiano escolar para que com a ampliação da jornada escolar, os diferentes saberes que contribuem para a construção dos conhecimentos dos estudantes sejam contemplados.

Com o presente estudo buscar-se-á compreender os desafios e possibilidades que emergem no dia a dia da escola e como a formação continuada no cotidiano escolar pode auxiliar os educadores a (re)pensarem suas práticas pedagógicas, levando em consideração a comunidade que atendem e as questões relacionadas a identidade do público, o território, o tempo e os espaços da escola.

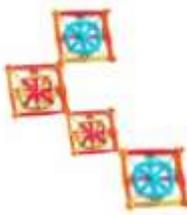
As pesquisas bibliográficas de conceitos acerca da educação integral, os documentos oficiais, políticas públicas, auxiliarão a reconhecer as lacunas existentes entre o ideal e o real, o que permitirá indicar ou não alternativas e soluções encontradas em conformidade com as propostas nacionais para a educação integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos documentos oficiais e das políticas públicas voltadas para a educação integral, com destaque para o Programa mais Educação (2007), um movimento para ampliar a jornada escolar das escolas foi desencadeado em várias cidades do país, entretanto, a ampliação da carga horária não implica necessariamente em promover a educação integral.

Através da pesquisa exploratória e descritiva, com levantamento bibliográfico e procedimentos de coleta de dados por meio de entrevistas e da análise de conteúdos serão mapeadas as principais possibilidades e desafios escolares para estruturar um projeto de formação continuada no cotidiano escolar que possa proporcionar a vivência de um processo democrático de formação e reflexão, para que a educação integral dos educandos seja de fato oportunizada, de modo que os educadores se aproximem e compreendam os pressupostos de educação integral, que não se limita à ampliação da carga horária escolar.

Não se pretende ao fim da pesquisa criar um modelo de formação continuada a ser seguido, mas objetiva-se a prática de um olhar atento, crítico e reflexivo às referências



bibliográficas e voltado para a escola em que a pesquisa será realizada para que seja possível ter ações referentes ao território em questão, ao corpo docente, de modo que as especificidades da comunidade escolar sejam compreendidas e que através da formação continuada no cotidiano com o grupo de educadores as possibilidades sejam potencializadas e os desafios sejam pensados, discutidos em equipe e hipóteses para as soluções possam surgir.

Palavras-chave: Educação integral, Formação continuada, Currículo escolar, Cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRANCO, V. A política de formação continuada de professores para a educação integral. In: MOLL, J. et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL. **Publicada resolução 466 do CNS que trata de pesquisas em seres humanos**.

Conselho Nacional de Saúde. 2013. Disponível em:

<https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html>.

Acesso em: 29 set. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MINAYO, M. C. Apresentação. In: GOMES, R. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Instituto Sírio Libanes, 2014.

MOLL, J. et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

PARO, V. H. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, D. **Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular**. In: Movimento-Revista de Educação. n. 4. 2016. Disponível em:

<<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>>. Acesso em: 10 out. 2019

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.